

## CORREIO POLÍTICO

POR RUDOLFO LAGO

Ricardo Stuckert/PR



Motta não tem dado vida fácil ao governo

## Segundo semestre será pior para o governo

Na última quinta-feira (18), nem houve reunião de líderes na Câmara. Mais tarde, se incluiu na pauta o pedido de urgência para o projeto que amplia a faixa de isenção do Imposto de Renda. Fora isso, a semana deverá ser esvaziada, por conta das festas de São João. E daí, a tendência é que já se comece a encerrar o primeiro semestre legislativo. Pode ser que antes haja sessão do Congres-

so para votar a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Depois, será o recesso, e tudo só volta em agosto. Para o cientista político Isaac Jordão, que acompanha de perto o Congresso, se tudo já foi bem difícil para o governo no primeiro semestre, a tendência é que seja pior no segundo. "Em 2024, se desfez um equilíbrio que até então havia entre governo e Congresso", diz ele.

## Vitória

A ampliação da isenção do Imposto de Renda, se aprovada, será uma importante vitória para o governo. Mas pode ser o único fôlego. A discussão da LDO tende a ser de novo complicada, já que os parlamentares reclamam que o governo não está liberando as emendas.

## Derrotas

"Especialmente no final deste semestre, o governo vem sofrendo muitas derrotas", avalia Isaac Jordão. E a razão pode ser o início do cálculo eleitoral para 2026. "É o momento de dificultar o jogo. Porque, no ano que vem, com as eleições, a tendência é tudo parar".

Lula Marques/Agência Brasil



Haddad preferia Arthur Lira

## Motta tem sido fator imponderável

Antes de tirar uma folga, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, reclamou do presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB). Disse que, sob o comando dele, tem sido mais difícil mapear e prever as reações dos deputados. Seu antecessor, Arthur Lira (PP-AL), seria um negociador mais duro. Mas quando fechava um acordo, tinha

mais capacidade de cumprir. Negociadora política, a ministra de Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann, tratou de contradizer Haddad. Jordão observa que, há sim, uma diferença entre Lira e Motta. "Motta ainda não conseguiu se desvincular de Lira e [do presidente do Republicanos] Marcus Pereira, mas não deve ser subestimado".

## Experiente

"Motta pode ser novo, mas não é inexperiente", observa o cientista político. De fato, o presidente da Câmara tem somente 35 anos. Mas já está em seu quarto mandato. "Não creio que os eventuais problemas no momento afetem exatamente por falta de comando", avalia Jordão.

## Declínio

Para Isaac Jordão, foi-se observando um declínio ano a ano na relação do governo no Congresso. No primeiro ano, o governo atropelou a pauta, desde a PEC da Transição até a aprovação da PEC da Reforma Tributária. Em 2024, a dificuldade aumentou, mas a pauta avançou.

## Campanha

Agora, tudo tornou-se mais difícil. "Porque a verdade é que agora o Congresso já está em campanha", observa Isaac Jordão. E com Lula em uma perspectiva de baixa. Assim, um Congresso mais conservador, que apoia por conveniência, cria dificuldades de olho em alternativas.

## CPMI

Um fator deverá fustigar ainda mais o governo no segundo semestre: a CPMI do INSS. Mas Isaac Jordão alerta: Lula não é um amador. "Com todas as dificuldades, o governo está fazendo caixa para liberar emendas no semestre que vem e em 2026", observa o cientista político.

## Semana com foco em mudanças no IR e MP do IOF

STF retoma julgamento sobre Marco Civil da Internet na quarta

Vinicius Loures/Câmara dos Deputados

Por Gabriela Gallo

Apesar do feriado de São João, nesta terça-feira (24), o Congresso Nacional deve seguir com pautas de interesse do governo nesta semana. Na última semana, o plenário da Câmara dos Deputados aprovou a urgência – ou seja, os projetos não precisam mais passar pelo aval das comissões relacionadas ao tema em discussão – de dois projetos econômicos de interesse do governo e do Congresso. O primeiro é o Projeto de Lei que altera a tabela mensal do Imposto de Renda para garantir a manutenção da isenção em 2025 para quem recebe até dois salários mínimos (R\$ 3.036). Já o segundo, pautado a pedido da oposição, o Projeto de Decreto Legislativo (PDL) que susta o decreto que aumenta os valores do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF).

Com isso, a expectativa é que nesta semana ambos os projetos sejam discutidos em plenário. Nesta quarta-feira (25), está agendado para o plenário da Casa discutir o PL que altera os valores da tabela progressiva mensal do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física. De autoria do líder do Congresso na Câmara, deputado José Guimarães (PT-CE) e com a relatoria do ex-presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), o projeto compõe uma série de medidas referentes a alterações voltadas para o imposto de renda. Promessa de campanha de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) foco das negociações, os parlamentares discutem alternativas para ampliar a isenção do pagamento do imposto de renda para quem ganha até R\$ 5 mil mensais, a partir de 2026.

## IOF

Apesar da pressa da Câmara em aprovar a urgência do Projeto de Decreto Legislativo



Lira é relator de medidas que alteraram regras do imposto de renda

(PDL) nº 314/2025 que susta o decreto que aumenta as taxas do IOF, a votação do projeto em si não está pautada para esta semana, ainda sem previsão para ser votado.

Mas enquanto a medida não é definida, o governo se organiza na instalação da Comissão Mista do Congresso Nacional que tratará da Medida Provisória que altera o decreto que aumenta a taxa do IOF, amenizando-o (MP 1.303/2025). Segundo o líder do governo no Congresso, senador Randolfé Rodrigues (PT-AP), em conversa com a imprensa na última quarta-feira (18), o deputado Carlos Zarattini (PT-SP) deve ficar com a relatoria da matéria. A expectativa é que um senador assumira a presidência da comissão mista de análise do IOF.

A MP 1303 foi uma resposta do governo federal à forte repercussão negativa sobre a padronização do Imposto sobre Operações

Financeiras em 3,5% (antes o IOF era de 3,38% para compras com cartão de crédito, débito e pré-pagos internacionais e 1,1% em compra de moeda estrangeira em espécie). A alternativa, porém, desagradou os congressistas menos ainda. Isso porque ela prevê uma cobrança de imposto de renda sobre novas aquisições de títulos hoje isentos, como a Letra de Crédito Agrícola (LCA), a Letra de Crédito Imobiliário (LCI), dentre outros, com uma alíquota de 5%. Outros investimentos, como criptomoedas, tiveram alíquota fixada em 17,5%.

A medida também eleva a carga sobre as apostas esportivas, aumentando a tributação de 12% para 18%. Para a imprensa, Randolfé disse que o governo considera as Bets como "uma lamentável epidemia" que atingiu os brasileiros. "O governo entende que algumas medidas são necessárias [para conter essa

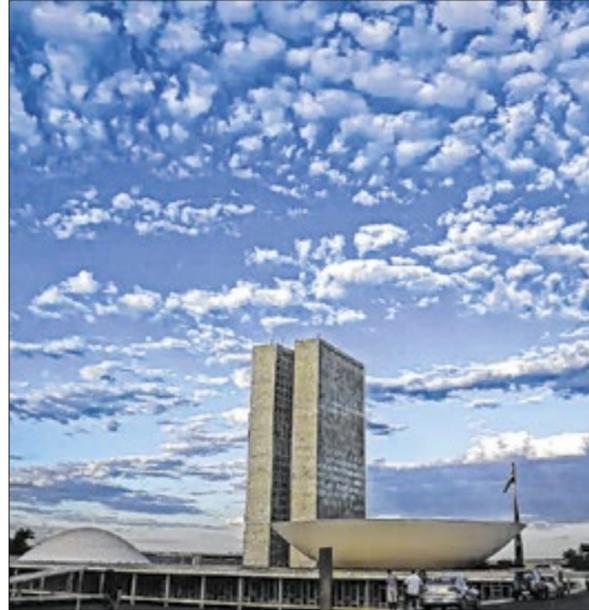
crise]. Por exemplo, encaixar as bets dentro do imposto seletivo [da reforma tributária]. Por isso que a MP 1.303 aumenta a alíquota das bets", pontuou o líder do governo no Congresso.

## STF

Já no Poder Legislativo, o Supremo Tribunal Federal (STF) retoma nesta quarta-feira (25) o julgamento que discute o artigo 19 do Marco Civil da Internet e define a responsabilidade civil das plataformas digitais por conteúdos de seus usuários e a responsabilização das empresas no caso da não remoção de material ofensivo a pedido dos ofendidos, sem ordem judicial. Faltam os votos dos ministros Nunes Marques, Edson Fachin e Cármen Lúcia. Dos oito ministros que votaram, sete definiram o artigo 19 do Marco Civil da Internet como inconstitucional, o único que votou favorável foi o ministro André Mendonça.

## Pesquisa Datafolha: 57% apoia a reeleição e mandatos longos

Marcello Casal Jr/Agência Brasil



Pesquisa aponta resistência à PEC que tramita no Senado

Uma pesquisa Datafolha mostra que a maioria dos brasileiros (57%) é a favor de permitir que presidentes, governadores e prefeitos disputem a reeleição, na contramão da proposta de reforma política que tramita no Senado.

Outros 41% das pessoas ouvidas na consulta popular são contrários à possibilidade de continuidade no cargo.

O levantamento indica, por outro lado, que a maior parte da população (59%) apoia a ampliação de todos os mandatos eletivos de quatro para cinco anos, como prevê o projeto.

Nesse caso, 37% são contrários. Os dois pontos são temas centrais da proposta de emenda à Constituição que foi aprovada no mês passado pela Comissão de Constituição e Justiça do Senado (PEC 12/2022).

A iniciativa pretende acabar com a reeleição no Executivo e unificar a duração dos mandatos e as datas das eleições.

O texto, sob relatoria do senador Marcelo Castro (MDB-PI), ainda precisa ser aprovado em dois turnos por pelo menos 60% dos senadores (o equivalente a 49 dos 81 votos) e, depois, dos deputados (308 dos 513 votos), o que ainda não tem data prevista de realização.

Eventuais mudanças seriam feitas de forma gradual e não afetariam as eleições de 2026.

A última vez que o Data-

folha perguntou sobre reeleição foi há dez anos, em junho de 2015, quando o cenário era inverso: 67% eram contra permitir que o presidente tentasse um novo mandato, e 30%, a favor — números semelhantes aos registrados tanto na esfera estadual, quanto na municipal.

Na ocasião, o país vivia uma crise política e econômica, com o segundo governo da ex-presidente Dilma Rousseff (PT) acuado pela Operação Lava Jato, pelo Congresso e por protestos nas ruas, em um cenário que pavimentaria o caminho para o impeachment em 2016.

Com os resultados atuais, o Brasil volta a patamares registrados em novembro de 2007, quase um ano após a reeleição de Lula (PT). Na época, 58% dos brasileiros endossavam a possibilidade de reeleição do presidente, 57%, dos governadores, e 56%, dos prefeitos.

Em julho de 2005, data da primeira medição feita pelo Datafolha sobre o tema, os índices foram mais altos.

O apoio à possibilidade de disputar um novo mandato alcançou 65%, 64% e 63% em cada esfera, respectivamente, num período em que o gover-

no federal sustentava alta aprovação. Desta vez, o instituto entrevistou presencialmente 2.004 pessoas com 16 anos ou mais nos dias 10 e 11 de junho, em 136 municípios em todas as regiões do país.

A margem de erro é de dois pontos percentuais, para mais ou para menos. A pesquisa mostra maior apoio à reeleição presidencial entre os jovens de 16 a 24 anos, os menos escolarizados e os mais pobres.

O índice também é superior entre os eleitores que aprovam o atual governo Lula (74%) e os mais identificados com o PT (71%), em comparação aos que preferem o PL (48%).

O número, porém, não varia tanto de acordo com a cor ou religião dos entrevistados.

Em relação à ampliação dos mandatos para cinco anos, o Datafolha havia feito a mesma pergunta ainda na altura do mês de dezembro de 2019.

De lá para cá, a porcentagem que se diz favorável à mudança cresceu de 53% para 59%, enquanto a taxa de contrários recuou de 42% para 37%. Segundo os dados, o apoio a mandatos mais longos é maior entre os homens (63%) do que entre as mulheres (55%) e também entre os mais instruídos (65%) e os que têm renda familiar mensal de cinco a dez salários mínimos (68%).

Júlia Barbon/Folhapress